

Semana da Enfermagem: categoria luta por piso nacional e enfrenta desmonte do SUS

Para os mais de 2,5 milhões de profissionais da enfermagem brasileira, os últimos anos têm sido de luta. A categoria ainda vive consequências que a pandemia trouxe, com trabalhadores e trabalhadoras doentes, sem proteção, em jornadas exaustivas e com baixos salários.

Soma-se a esse cenário, a realidade de desmonte e desfinanciamento do Sistema Único de Saúde, (SUS) que impacta todo o setor.

Não é a foto mais adequada para as celebrações da Semana Nacional da Enfermagem, de 12 a 20 de maio. O período une o Dia Internacional do Enfermeiro e da Enfermeira (12 de maio) e o Dia do Técnico, da Técnica e Auxiliar de Enfermagem (20 de maio).

As datas foram criadas para homenagear duas figuras históricas, a britânica Florence Nightingale, pioneira da enfermagem mundial, e a enfermeira brasileira Ana Néri, símbolo nacional da profissão.

No Brasil de 2022, os legados de Nightingale e Néri são lembrados na luta da categoria em garantir valorização e condições de trabalho. Em entrevista ao programa Bem Viver, da Rádio Brasil de Fato, a presidenta da Federação Nacional da Enfermagem (FNE), Shirley Morales, explica que essa não é uma luta nova, mas a pandemia escancarou os problemas.

“Inicialmente, o grande problema era desfazer a fake news de que o piso da enfermagem ia quebrar o Brasil e os hospitais. Um estudo do Dieese mostrou que o impacto não era o que estava sendo veiculado pelo setor privado, filantropo e mesmo pelos municípios.”

A partir dos trabalhos de uma comissão de parlamentares, um relatório confirmou que o investimento necessário para o piso não ultrapassava os valores demonstra-

dos por trabalhadores e trabalhadoras. Ainda assim, o discurso da falta de dinheiro se manteve no governo e na base governista.

Shirley Morales explica que, para evitar possíveis questionamentos sobre falta de previsão, o Senado apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que insere o valor do piso na Constituição. Mas a PEC

ainda não foi colocada em pauta e precisa da aprovação das duas Casas Legislativas do Congresso.

Ela lembra que há previsão do piso e de planos de carreira para profissionais da saúde em lei. “O PL foi aprovado, mas ainda temos pela frente o desafio de dar um respaldo ainda maior de segurança jurídica com a PEC 11. Há rumores de que haverá veto presidencial, com a justificativa de que o projeto é inconstitucional, mas ele não é. É totalmente embasado em legislações que já existem há muitos anos e o governo federal não cumpre”, ressalta a presidenta da FNE.

A mobilização prossegue também na defesa de Projetos de Lei que tentam garantir financiamento para o Sistema Único de Saúde.

“Nós temos uma situação de subfinanciamento do SUS que vem desde o seu nascedouro. Não temos todos os investimentos necessários. Boa parte da enfermagem brasileira está no setor público e nesse setor público existem as ru-



bricas específicas para a rede atenção primária, para a alta complexidade. Existe já a fonte de custeio. Nós tentamos buscar mais”, afirma Morales.

A questão salarial, no entanto, não é único obstáculo enfrentado no cotidiano da enfermagem brasileira. As mudanças nas políticas de atenção primária, realizadas pelo governo federal geraram impactos consideráveis

“Temos um desmonte na atenção primária, onde estão muitos dos nossos trabalhadores e trabalhadoras. A mudança da política nacional é permissiva para demissões e para a descaracterização do que nós entendemos como estratégia de saúde da família, que tinha em vista características dos territórios, das comunidades, do vínculo com a população. Essas características foram desfeitas. Temos que entender que o processo de valorização não é só no piso, mas também nas condições”, conclui a presidenta da FNE.

Edição: Rodrigo Durão Coelho



Após consulta do governo, STF e Senado dizem que reajuste de 5% para federais é possível

O governo federal questionou os outros Poderes da República sobre a possibilidade de conceder reajuste salarial de 5% aos servidores públicos em ano eleitoral. Em resposta, o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Senado confirmaram que o reajuste é possível com recursos próprios. A Câmara dos Deputados ainda não informou uma posição.

O ofício foi enviado pela Casa Civil, comandada pelo ministro Ciro Nogueira, e cita a intenção de conceder o reajuste, reconhecendo, porém, as "limitações existentes" na lei orçamentária. O documento consulta os Poderes sobre um possível interesse na proposta e sobre a possibilidade de remanejamento de recursos dos próprios para bancar o aumento.

Respostas

Em resposta ao questionamento do Planalto, o presidente do STF, ministro Luiz Fux, concordou com a proposta e apresentou os valores, por órgão do Judiciário, tendo por base a implantação da medida a partir de julho de 2022.

Caso o reajuste de 5% ocorra de fato, os custos, apenas com servidores do Judiciário, seriam de R\$ 827 milhões. Desse total, a maior parte vai para a

Justiça do Trabalho, com R\$ 326 milhões. Fux listou, ainda, cortes em diversas áreas que precisariam ser feitos para cobrir o impacto.

A Corte disse que há a possibilidade de concessão dos valores por meio da realocação de recursos no STF e em outros tribunais do Poder Judiciário, sem a necessidade de aumento do orçamento corrente.

O Senado Federal informou que a medida causará impacto de R\$ 89 milhões a partir de eventual aumento concedido no mês de julho. No cálculo anual, os valores sobem para R\$ 165 milhões.

Segundo a casa, por se tratar de alteração orçamentária com indicação de recursos compensatórios, não haverá modificação do total do gasto autorizado para o Senado para despesas primárias.

"Ressaltamos que a suplementação das programações de pessoal de despesas poderá ser custeada pelo cancelamento de dotações do próprio Senado", diz o documento, assinado pela diretora Ilana Trombka.

Reajuste salarial

No fim de abril, o governo decidiu conceder reajuste de 5% a todos os servidores públicos federais. O percentual foi definido durante reunião entre Bolsonaro e o ministro Paulo Guedes (Economia).

Para cumprir o reajuste, o Executivo terá de diminuir os recursos de outros setores do governo. De acordo com a Lei Orçamentária de 2022, apenas R\$ 1,7 bilhão podem ser usados para correções neste ano. Os 5% vão fazer com que o governo tenha de gastar até R\$ 6,3 bilhões com a medida.

A tendência é que os R\$ 4,6 bilhões que faltam sejam retirados das chamadas despesas discricionárias, pois o governo federal tem a liberdade de decidir como e quando utilizá-las. Para este ano, o Executivo pode gastar R\$ 133,9 bilhões em despesas discricionárias.

A possibilidade do reajuste salarial foi discutida, inicialmente, por Bolsonaro para agentes de segurança pública. No entanto, outras categorias, como servidores do Banco do Brasil e da Receita Federal, demonstraram insatisfação.

O reajuste, que ainda não saiu do papel, virou alvo de reclamações entre diversas categorias e Bolsonaro, inclusive com paralisações de servidores. Recentemente, o presidente reconheceu o impasse e afirmou que a alternativa de conceder 5% de aumento "desagrada a todo mundo".

Fonte: R7

A Reforma Administrativa faz mal ao Brasil

**CANCELA
A REFORMA
JÁ!**